



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de posse do  
Ministro de Estado do Orçamento e  
Gestão, Pedro Pullen Parente*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE ABRIL DE 1999

*Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado, Senador Antônio Carlos; Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara; Senhor Ministro de Estado de Orçamento e Gestão, Pedro Parente; Senhor Ministro Paulo Paiva; Senhores Secretários de Estado; Senhores Ministros; Senhores Senadores; Senhores Governadores da Bahia e do Ceará; Senhores Parlamentares; Senadores; Deputados; Líderes; Altos funcionários; Senhoras e Senhores,*

A designação do Doutor Pedro Parente para a alta função de Ministro – eu vou ler – de Estado de Orçamento e Gestão – porque também me confundo com os nomes – é um belo exemplo do que é o serviço público brasileiro.

Olho aqui em volta e vejo vários servidores públicos, muitos dos quais de competência ainda não totalmente reconhecida pelo país – questão de tempo –, outros já reconhecidos, mas todos eles com uma enorme dedicação ao serviço público.

O Doutor Pedro Parente é um exemplo disso. Ao designá-lo para a alta função de Ministro do Orçamento e Gestão, também tive

como motivação reconhecer o que significa a carreira de alguém que, como ele mesmo descreveu, passou a vida no serviço público, fez seus cursos, se formou. De uma família, como ele disse, numerosa, na fé cristã, se dedicou integralmente ao serviço público.

Em outra época, dir-se-ia um tecnocrata. Hoje, ao ouvi-lo, vê-se o que significa, no mundo moderno, a fusão da competência técnica com a compreensão exata do que é servir ao público. Implica, também, uma visão. Implica uma convicção e, portanto, um ponto de vista que é político, no sentido geral, com “P” maiúsculo.

O Doutor Pedro Parente não pertence a nenhum partido e não foi nomeado por ser de um partido. Tampouco por não o ser. Mas pelos seus méritos e por ser um funcionário exemplar. Um homem de competência e que, agora, com a experiência que os anos de serviço público lhe deram, juntou a essa competência essa visão mais ampla das tarefas do Estado. E a tarefa do Estado, nessa visão, não se separa da tarefa política de reconstruir a sociedade.

O Orçamento, tal como ele descreveu aqui, deixa de ser uma peça meramente enfadonha – não sei se deixa, porque é sempre enfadonha – mas, de qualquer maneira, ganha uma outra característica. Além da característica técnica da distribuição de recursos, da distribuição de verbas entre ministérios, programas e subprogramas, ele se transforma num instrumento de política econômica e de transformação.

Ele, ao dizer que eu o nomeava Ministro da Fazenda, o que quis dizer foi isto: é tal a identidade entre o Orçamento e a política econômica que, na prática, os dois ministérios se fundem. Se se fundirem, nomeio imediatamente o Ministro Malan como Ministro da Economia, e ele mandará em tudo. Mas, na verdade, esse é o espírito, realmente. É o espírito de compreender que o Orçamento, hoje, tem que ser um instrumento de transformação do próprio Estado e da sociedade, a serviço de certos objetivos.

Ao ouvi-lo, fiquei pensando: eu poderia qualificar esse discurso, sem ofender a quem quer que seja, de socialdemocrata? Talvez. Ou de social-liberal? Talvez. E que diferença prática haveria? Mas a diferen-

ça grande é que, nos dois casos, se sublinha o social. E é importante que o Ministro do Orçamento diga, de público, ao tomar posse, diga aos seus companheiros, aos outros ministros, aos que vão trabalhar com ele, aos congressistas, que o Orçamento também é uma peça de sensibilidade. Não é só uma peça fria, de números. É uma peça que tem que ser a expressão de uma vontade política, cujas conseqüências terão que ser medidas em função de uma avaliação sobre o efeito que tem para o bem do povo, para a melhoria da condição concreta da população. Não é uma peça, simplesmente, de repartição de recursos. Ela tem, dentro de si, uma política: dá alguns recursos para certos setores, nega para outros, faz política, no sentido mais forte da palavra política.

O Doutor Pedro Parente disse aqui, também, dentro da tecnicidade do que seja essa matéria orçamentária, que estamos modificando profundamente o modo de fazer o Orçamento. E é importante que o tenha dito. Aos que são mais afeitos à prática administrativa, não escapou a transformação ocorrida nos últimos quatro anos, quando introduzimos – e devemos isso a dois antigos Ministros do Planejamento, o Ministro José Serra, que aqui se encontra, e o Ministro Kandir, que não sei se aqui se encontra – a idéia de inserir, no Orçamento, o PPA, o Plano Plurianual de Ação.

Isso dá metas, dá objetivos ao país. Ao incluir o PPA em um programa especial chamado Brasil em Ação, fizemos o que os americanos chamariam, e chamam assim na área do Congresso, de *fast-track*. Ou seja, esses programas têm um caminho rápido para receberem recursos. Isso permitiu que, nesses quatro anos, nós tivéssemos feito, com relativamente poucos recursos, mas com parcerias também, numerosas obras. Talvez passassem despercebidas nessa imensidão do Brasil, mas basta percorrer o Brasil para ver o que se fez de obras hídricas, de obras de energia elétrica, de obras de estradas, de obras de portos, de obras de escolas, de obras de hospitais.

Pois bem, o que o Ministro Pedro Parente está anunciando é que todo o Orçamento vai ser *fast-track*. Todo ele vai ter o mesmo tratamento. Uma vez aprovado o programa, o recurso vai chegar – e vai

chegar direto – e não vai ser mais esse martírio de programas que estão no Orçamento, mas que estão contingenciados porque não têm verba, porque o Orçamento foi feito descolado do financeiro. Estamos trabalhando para colar o financeiro com o orçamentário. E, ao colar o financeiro ao orçamentário, vamos dotar a administração de condições de avaliar como as coisas vão evoluindo e a sociedade de ver, através dos resultados, se aquele é o caminho bom ou mau. O Congresso é quem, em última análise, vai definir como é o Orçamento, definir se o caminho a ser percorrido é este ou é aquele. É uma mudança importante.

Nós modificamos muitas coisas na estrutura do Estado nesses últimos anos. Modificamos – e aqui foi dito também, pelo Doutor Parente – criando agências regulatórias e fazendo com que o setor privado assumisse algumas funções que, antes, o setor público cumpria. Dada a escassez de recursos melhor pareceu à sociedade que o setor privado pudesse assumir essas funções de investimento, mas não deixamos de dotar de instrumentos regulatórios as áreas para as quais, antigamente, se orientavam os recursos do Estado são várias: a Aneel, a Anatel, a Agência Nacional de Petróleo; amanhã, a Agência de Transportes. Estamos recriando a estrutura do Estado. Mudamos na área social, na educação, na saúde. Agora, na reforma agrária, mudamos também o modo pelo qual os recursos públicos caminham para chegar ao seu destino final. Tudo isso é uma luta. Não se faz isso do dia para a noite.

Pois bem, os aspectos agora referidos pelo Doutor Parente dizem respeito a essas mesmas mudanças, mas do coração mesmo da administração pública, tal como ele é definido no Ministério da Fazenda, no Ministério do Orçamento e no governo da República, através do Palácio do Planalto. Estamos modificando também aí o modo pelo qual se articulam as decisões e se desburocratiza, se assim posso dizer, a prática de distribuição de recursos.

Foi para essa tarefa que o Doutor Pedro Parente foi chamado. E quero agradecer o esforço feito pelos que anteriormente ocuparam a pasta e, muito especialmente, ao Ministro Paulo Paiva, que, num momento

delicado, já aqui mencionado pelo Doutor Pedro Parente – quando o Brasil precisava, como precisa, de restrições fiscais –, soube entender o momento e sempre trabalhar em estreita cooperação com o Ministério da Fazenda, percebendo que não era a hora de fazer outra coisa senão um grande esforço nacional, para que as palavras que eu disse, em setembro do ano passado – e que foram resumidas aqui –, pudessem e possam ser efetivadas na prática. Uma prática dura para os homens públicos. Uma prática de restrições. Mas tomara sejam as últimas restrições desse período de mandato, de tal maneira que nós nos empenhemos, e a fundo, como faremos neste momento, para que possamos, através dessas novas técnicas já aqui desenhadas, realizar o que todos almejamos, que é o bem-estar da população, sobretudo a mais carente, a mais pobre, e o crescimento da nossa economia.

Crescimento, todos queremos. Como alcançá-lo é o problema. Devo dizer – e, com isso, vou terminar para não cansá-los demasiado com palavras que sobram depois do que foi dito pelo Doutor Parente – que se, até há pouco, ainda havia no meu espírito uma certa angústia a respeito de se seria possível ou não superar com certa rapidez as dificuldades com que nos defrontamos, essa angústia, hoje, diminuiu bastante. Diminuiu bastante não por um estado psicológico, mas por olhar o que está acontecendo. Por ver, primeiro, que o Congresso Nacional – e já foi dito por ele aqui também – respondeu prontamente aos desafios do momento, deu-nos os instrumentos para que nós pudéssemos gerar, como geraremos, os superávits fiscais necessários para reequilibrar as nossas contas públicas. Respondeu bastante o Brasil como um todo, porque, no momento em que muitos apostavam na inflação, o povo brasileiro – e por povo eu entendo, aqui, não apenas o consumidor, mas parte do setor produtivo também – não aceitou remarcações, quando desnecessárias, quando isso era considerado uma impostura, para aproveitar, oportunisticamente, um mau momento. Não aceitou essas remarcações.

Viu-se um processo de amadurecimento deste país que, na verdade, já havia visto no lançamento do Plano Real quando a população,

rapidamente, entendeu do que se tratava e lutou para que fosse possível ter uma moeda estável.

Pois bem, de novo, agora, o povo brasileiro lutou contra a inflação. E nenhum setor responsável, das camadas populares ou das camadas produtivas, falou de reindexação. Reindexação foi um alçapão armado por quem não tem noção do Brasil, porque não acredita no Brasil. Mas foi recusado por aqueles aos quais se pretendia, falsamente, favorecer, ao falar em indexação. Ninguém se assustou com a questão salarial, porque todos perceberam que, sem a estabilização, não há solução para as questões salariais. E todos sentiram, nos últimos anos, os efeitos positivos da estabilidade.

Então, é um país que, hoje, por causa dessas razões – e outras mais, que me dispense de agregar – foi capaz de redesenhar seu futuro, dentro do mesmo rumo, dentro do mesmo norte de estabilidade e decência, na vida pública, de moralidade pública e de obtenção de resultados favoráveis para a maioria da população.

Agora, me pergunto, sobretudo com relação a alguns comentários que li, no exterior, muitos deles refletindo o que aqui se dizia. Algumas cartas especializadas, de agências internacionais, de bancos e agências de investimento, que preconizaram o caos. E eu pergunto: que banco quebrou? Que empresa parou no Brasil? Que dívida não foi paga? Nada. O Brasil suportou uma avalanche de pessimismo, por um lado fundado na realidade. E de uma realidade que, num só mês, nos tirou 20 bilhões de dólares das reservas.

Mas o País resistiu. Resistiu a turbulências, retomou seu rumo. Vejo aqui o olhar vetusto, se é que se pode aplicar a ele essa expressão, do Presidente do Banco Central, preocupado, para ver se o presidente não vai longe demais no otimismo. Na verdade, o que lhes digo é a expressão do que leio na imprensa, do que se vê no dia-a-dia, nos números que começam a brotar.

Isso não vai nos fazer embalar na ilusão de que não temos problemas pela frente, nem de que não teremos que ser muito rígidos na obtenção dos resultados necessários para a recomposição da economia brasileira. Vai, sim, nos motivar a continuar acreditando que

este é um grande país. E foi para ajudar a dirigir este grande país que convidei o Doutor Pedro Parente, e me sinto feliz por ele ter aceito e continuar no nosso time econômico, ao qual eu agradeço, e agradeço extensamente.

Não quero deixar de dar uma palavra ao Doutor Martus Tavares, o Secretário-Executivo do Ministério do Orçamento, que é um desses exemplos que eu mencionei de funcionário do tipo do Doutor Pedro Parente e que aqui, como tantos outros, vem, desde o início do Plano Real, trabalhando com afinco. Agora, outros mais se juntaram, nesse mesmo empenho.

Por isso, Doutor Parente, embora tenha sido audaciosa a sua aceitação. E como repetiu as palavras de George Kennan que, naturalmente, foram inspiradas pelo Ministro da Fazenda, que vive a repetir as palavras, me dá recortes dela. Não creio que isso é tão mau assim. Um pouco de intriga existe, mas não tanta. E dá para vencer. Vamos em frente.

Muito obrigado.